

CLASSE ESPECIAL: O OLHAR DE SEUS USUÁRIOS E USUÁRIAS

SPECIAL CLASSROOM: THE VIEW OF ITS USERS

Lúcia Maria SANTOS¹
Fátima Elisabeth DENARI²

RESUMO: Este estudo buscou entendimentos que permitissem conhecer a realidade da classe especial - do Município de Manaus - por meio dos depoimentos de seus usuários - alunos deficientes mentais - partindo de suas percepções e vivências. As percepções destes usuários afloraram nas expressões e posicionamentos manifestados em conversas nos ambientes escolar e familiar. Os depoimentos deixaram claro para os pais a necessidade de maiores informações sobre os objetivos desta modalidade de serviço educacional. Decorre daí, a necessária mudança de atitude frente a alunos que compreendem sua história de fracasso escolar e, principalmente, uma reflexão sobre como vem-se efetivando este serviço, seus resultados e suas conseqüências para a carreira social, escolar e profissional dos usuários.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de deficientes mentais; classes especiais; percepções e vivências.

ABSTRACT: This work tries to understand the reality of special classroom in Manaus by testimonies of their users - handicapped students. Their perceptions about this Special Education service are generated through expressions and positioning during the daily life at the classroom and at their homes. The students' testimonies were obtained when they were in the special classrooms by informal talks. The testimonies indicate that is needed more information about the goals of this educational service. Thus, it is necessary to change the attitude to deal with students from special classes, who know their history of failures in the school life. It is still necessary a study about how this service is today, its consequences, results in the social, professional, and scholar life of its users.

KEYWORDS: Education of handicapped students ; special classes; perceptions.

Introdução

Os serviços da Educação Especial que são oferecidos para alunos e alunas que necessitam de um atendimento diferenciado dos demais, ainda hoje se restringem, majoritariamente, às escolas especiais e às classes especiais (MAZZOTTA, 1996; JANNUZZI, 1997). Esta situação refere-se ao atendimento de uma população que, historicamente, é marcada pela marginalização e pelo descrédito, por ser oriunda, na maioria das vezes, das camadas mais carentes da sociedade (SCHNNEIDER, 1975; JANNUZZI 1985; SKILIAR, 1997)

Há que ressaltar que os usuários das classes especiais são geralmente identificados como deficientes mentais, por meio de um processo de diagnóstico e

¹ Mestra do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Amazonas.

² Profa. Dra. do Programa de Pós Graduação de Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos.

encaminhamento, freqüentemente calcado em critérios que priorizam características, capacidades e habilidades típicas de culturas competitivas e, por vezes, seus resultados podem ser questionáveis e discutíveis. Deste panorama de atendimento, que é tão limitado; uma vez que a maioria das pessoas com necessidades educativas especiais, entre elas, os deficientes mentais, não usufruem de nenhum serviço educacional. Assim salienta-se que a classe especial, apesar de sua limitação, se configura como um serviço de caráter educacional efetivo, prestado pela iniciativa pública.

Com este entendimento, o presente estudo buscou conhecer as classes especiais e entender o seu funcionamento em uma dada realidade, por meio das percepções de seus usuários - alunos deficientes mentais e seus pais.

Método

Os caminhos percorridos para o desvelamento destas percepções levaram a opção por um determinado enfoque que deveria abranger e expressar uma concepção de homem, uma visão de mundo, próprias do estar no mundo e, relacionar-se portanto, resultante do convívio social. (MERLEAU-PONTY, 1971)

Este (des)velamento encontrou respaldo no enfoque fenomenológico, que representa uma atitude de abertura do ser para a compreensão do que se mostra, no sentido de compreender e interpretar o fenômeno como este se dá a ver (Silva, 1987). Nesta opção metodológica buscam-se os significados revelados no contexto vivido sem utilizar categorias prévias traduzidas em esquemas fechados, aprioristicamente.

Participaram deste estudo, 15 alunos de uma 1ª série especial de uma escola regular e seus pais, considerados como usuários e usuárias deste serviço da Educação Especial - a classe especial. A coleta de dados buscou, inicialmente, informações sobre os serviços de Educação Especial disponíveis no Município de Manaus junto a Secretária Municipal de Educação - SEMED. Isto se fez necessário para a definição das etapas subseqüentes à realização deste estudo.

Em uma etapa subseqüente, iniciou-se o trabalho de pesquisa na Escola de Primeiro Grau Irmã Dulce, indicada pela Seção de Educação Especial devido ao tempo de funcionamento das classes especiais na mesma (sete anos). Neste local, o trabalho constou da observação direta em sala de aula durante o último trimestre letivo. As atividades desenvolvidas neste período foram registradas em um diário de campo. Além disso, foram realizadas entrevistas com os pais, levantando-se suas percepções sobre o atendimento e funcionamento da classe especial.

O estudo dos dados baseou-se na análise compreensiva proposta por Giorgi (1985) e adotada por pesquisadores da área de Educação e Psicologia, entre eles Bernades (1989), Masini (1992), Silva (1995) e Denari (1997), que salienta

que mesmo a despeito da pouca tradição de seu uso, nas pesquisas de cunho psicológico e educacional, em nossa realidade, sua utilização dá-se em função de sua fecundidade para a construção de problemáticas novas. Esta fecundidade, se

revela no esforço de buscar compreensões de traços característico do fenômeno observado.

Neste momento, proponho um recorte nos dados coletados de maneira a contemplar as percepções relatadas pelos alunos.

Discussão

As percepções reveladas pelos usuários e usuárias - alunos, alunas - a respeito da classe especial, identificadas através das unidades de significados encontradas nos discursos destes participantes, tornaram visíveis questões prementes sobre este serviço oferecido pela Educação Especial.

Tal premência, permanece ainda hoje subjacente às questões sobre a classe especial, não obstante, os atuais direcionamentos propostos pela Política Nacional de Educação Especial recomendem priorizar a inclusão do aluno portador de necessidades educativas especiais nas classes regulares.

Independentemente destas Políticas, intensamente discutidas nas esferas acadêmicas e institucionais, os entendimentos declarados pelos participantes deste estudo, ainda, continuam apontando a necessidade de maiores reflexões por parte dos profissionais envolvidos na área de Educação Especial.

Na busca de compreender como os usuários e usuárias da classe especial vivenciam e percebem este serviço educacional que lhes foi oferecido/imposto, pôde-se observar o desvelamento de uma realidade singular e rica que pode subsidiar mudanças consistentes em tal serviço educacional.

Cumprido ressaltar que no caso deste estudo os usuários e usuárias deste serviço educacional especial eram tidos com deficiência mental, condição tal, suficiente para criar e manter seu funcionamento.

Para refletir e analisar as questões levantadas sobre a classe especial e sobre os caminhos que levam alunos e alunas a estas classes, se faz necessário retomar a fundamentação teórica sobre a deficiência mental. Conforme aponta Denari (1997, p.146):

... uma deficiência, qualquer que seja a sua natureza não é algo desejável, e não existem razões que justifiquem o contrário. Quase sempre, vem acompanhada de sofrimento, desconforto, embaraço, preconceito ...

Os sentimentos que acompanham a ocorrência da deficiência mental, muitas vezes, são intrínsecos a esta condição, independentemente de sua natureza ou causa. Relacionam-se, especialmente, à compreensão que se tem sobre deficiência mental. A deficiência mental ainda vem sendo compreendida, investigada e atendida sobre o ponto de vista médico-psicológico que entende a sua origem como algo inerente à pessoa deficiente, a qual, porta elementos patogênicos causadores desta deficiência. Nesta perspectiva, uma pessoa é deficiente se assim for considerada por outros, por uma audiência que a classifica como tal (OMOTE, 1994; DENARI, 1997).

Conforme estes autores, tal compreensão, reduz/limita a pessoa deficiente a uma condição de incapacidade permanente; causa uma situação de culpabilidade e nega que a natureza da deficiência possa ser um fenômeno bem mais amplo e complexo do que prevê o entendimento médico-psicológico. Descarta, ainda, a influência dos fatores econômicos, sociais e culturais que podem ser determinantes na instauração da deficiência.

No caso dos alunos e alunas, sujeitos deste estudo, esta situação torna-se mais evidente, em decorrência do uso de um serviço educacional legalmente definido e indicado para alunos deficientes mentais educáveis. Assim, o fato de ser usuário e usuária de uma classe especial implicou a compreensão do que é, também, ser uma pessoa deficiente mental.

A compreensão que vem justificando os caminhos percorridos nos diferentes encaminhamentos para as classes especial não foi exclusiva deste estudo. Vários trabalhos, em diferentes momentos, tais como, os de Schneider (1975), Paschoalick (1981), Denari (1984), Patto (1990) e Kassar (1995) representam as mesmas situações e denunciam que tais caminhos e encaminhamentos estão baseados em critérios arbitrários, muitas vezes, contedores de preconceitos e desinformações.

Tais situações, desveladas, também, no estudo denunciam que estes caminhos e encaminhamentos aconteceram, muitas vezes, independentemente da vontade familiar; à revelia destes sendo, então imposição da escola, para os alunos e alunas com histórias diferentes de vida escolar, como a única opção de escolarização possível. A escola comunica aos pais a decisão do encaminhamento à classe especial de seus filhos e filhas. Este encaminhamento é justificado por critérios médico-psicológicos, por meio de exames e testes; muitas vezes desencadeando um processo de rejeição, descrédito e estigmatização para com estes alunos e alunas. Tal atitude é referendada pelo entendimento de Naujorks (1992, p.70) para quem a classe especial tem sido usada como *válvula de escape das classes regulares*, devido ao encaminhamento de alunos e alunas que nunca deveriam ter saído do ensino regular.

No presente estudo, os caminhos para classe especial apontam para histórias de fracasso escolar de alunos e alunas que são considerados desviantes por não corresponderem, exatamente, aos padrões estabelecidos pelo sistema escolar. Estes alunos e alunas, que por alguma razão não se adequam às normas acadêmicas e disciplinares previstas pela escola regular, possuem um ritmo de desenvolvimento diferente/próprio; não têm um desempenho acadêmico desejável, resultando assim, em repetência escolar.

As histórias de fracasso escolar, dos participantes, foram lidas, compreendidas e expressas pela escola como decorrentes de problemas patológicos e distúrbios de naturezas distintas, considerado-os, por isso mesmo, como deficientes mentais.

Tal atitude, indicou a distorção do papel da escola que deveria, segundo Skliar (1997, p.13) compreender que,

[...] o fracasso é o resultado de um complexo mecanismo que reúne fatores sociais, políticos, lingüísticos, históricos e culturais, e que provém daqueles profissionais que, dando-se conta ou não, voluntariamente ou não, representam e reproduzem a idéia de um mundo homogêneo, compacto, sem variações, sem fissuras.

A compreensão das histórias de fracasso escolar que pontilharam os caminhos trilhados por estes alunos e alunas até a classe especial, denuncia também outra questão: a do modelo médico-psicológico utilizado para diagnóstico e prognóstico da clientela usuária deste serviço, a despeito de outros modelos alternativos. Este modelo de avaliação tem sido utilizado, muitas vezes, sem uma função educativa muito clara visando apenas um diagnóstico rotulador realizado através da utilização de instrumentos padronizados - os testes psicométricos (Schneider, 1975; Paschoalick, 1981), hoje bastante questionados quando utilizados com estes fins.

A avaliação psicométrica, ainda hoje, muito utilizada no processo de encaminhamento de alunos e alunas às classes especiais, determina o Quociente Intelectual - Q.I. - limitando, quantitativamente, os potenciais de aprendizagens. Estes testes são, na verdade, escalas de inteligência, que vêm servindo para definir as oportunidades educacionais e o acesso a elas, determinando desta forma, as perspectivas futuras da pessoa, deficiente ou não.

Nestes testes, deixam de ser priorizados os fatores sociais, econômicos e/ou culturais, elementos fundamentais quando se quer considerar a pessoa, em seu contexto - em determinado ambiente, em uma determinada cultura. Face ao exposto, verifica-se que este tipo de avaliação não favorece um planejamento educacional mais eficiente; ao contrário, salienta déficits determinando, assim, incapacidades.

No entendimento de Fonseca (1995) estes testes classificatórios deveriam ser encarados com sérias limitações, quer no plano do diagnóstico, quer no plano educacional. Para ele, o que vêm se fazendo com os resultados destes testes é limitar e rotular as pessoas, que passam a ser percebidas por uma predisposição negativa por parte dos professores e mesmo de familiares que olham apenas a deficiência, a inteligência abaixo da média, o retardado, o atrasado, entre outros rótulos.

A classificação e o rótulo perpetuam as diferenças entre as pessoas, atribuem e preservam um caráter discriminatório à deficiência; por isso, deveriam ser revistos. Há que se refletir sobre formas alternativas de avaliações que, efetuadas por diferentes profissionais, forneçam elementos que possam dar suporte ao desenvolvimento de programas não discriminatórios, junto às pessoas deficientes.

Este (des)conhecimento na sociedade sobre a classe especial e sua clientela gera situações de preconceito, rejeição, abuso, protecionismo para com seus usuários e usuárias. Neste sentido, as classes especiais são definidas por Amaral (1998), como um espaço de preconceito, segregação e discriminação.

O desconhecimento sobre o funcionamento das classes especiais, como vimos, pode ser atribuído, inicialmente, à carência de informações prestadas aos usuários - alunos, alunas e pais - quer pela escola, que abriga uma classe especial, quer

pelos órgãos públicos responsáveis pela implementação deste serviço educacional. Neste sentido, os dados encontrados no estudo harmonizam-se com os dados apresentados na fundamentação teórica (RODRIGUES, 1984; DAL POGETTO, 1987; OLIVEIRA, 1995 e MAZZOTTA, 1996).

O desconhecimento também pode ser atribuído à comunicação insuficiente entre os profissionais da área de Educação Especial. Autores como Denari, em 1984, já apontavam para esta situação ao salientar que as informações trocadas entre os profissionais que trabalham na Educação Especial se limitam, em muitos casos, à mera informação verbal do encaminhamento do aluno para a classe especial, muitas vezes, sem nenhuma interação entre estes profissionais.

O estudo demonstrou que, além da necessidade de informações é necessário um trabalho de conscientização, a ser realizado com diálogos despidos de imposições e dogmas, baseados em explicações claras e objetivas sobre este serviço educacional. Persistindo, pois, esta falta de informações entre as várias instâncias envolvidas faz-se necessário rever posicionamentos e estratégias que as referendam.

Todavia, dos serviços oferecidos pela Educação Especial, as classes especiais, representam um dos atendimentos de menor segregação. No entendimento da Secretária de Estado da Educação/São Paulo (1990), Salamanca (1994), Plano Nacional de Educação Especial (1994), de Fonseca, (1995) e Documento de São Paulo (2000) a característica menos segregativa está no fato de este serviço ser oferecido dentro do Sistema Educacional Regular; deve-se, também, ao objetivo de reintegração³ de seus usuários e usuárias nas classes regulares, tão logo estejam preparados para isto.

A reintegração, contudo, não vem sendo efetivada com o devido cuidado. O fato de alunos e alunas passarem de três a quatro anos em uma classe especial, vivenciando situações diversas, em que não estão presentes elementos essenciais à sua vida escolar futura, faz com que, muitas vezes, ultrapassem da idade limite para o ensino fundamental público, prescrita na legislação em vigor no território nacional (14 anos). O limite de permanência no ensino fundamental, por sua vez, termina por gerar outra situação conflitante, qual seja, o destino escolar destes alunos e alunas: situação igualmente complexa e merecedora de investigações cuidadosas.

Diante desta perspectiva, há que investir-se na melhoria do atendimento pedagógico da classe especial para, que juntamente com as políticas públicas de educação garantir, não somente, a legalidade, mas também, condições viabilizantes para a implementação e o funcionamento, nos vários níveis escolares, de um melhor atendimento educacional para alunos e alunas com necessidades educativas especiais (LAUAND, 1998).

É importante salientar que de acordo com Bueno (1993) e Lauand (1998) as classes especiais, por serem efetivadas na esfera do ensino regular público não

³ Reintegrar - terminologia adotada pelos documentos da Secretaria de Educação Especial do Município de Manaus.

apresentam um caráter filantrópico-assistencialista, o que rompe com a postura da maioria dos serviços vigentes da Educação Especial - escolas especiais.

Contudo, por ser um serviço oferecido exclusivamente no ensino fundamental, é importante questionar para onde serão encaminhados os alunos que, mesmo depois de um período na classe especial, não conseguem acompanhar o ensino da classe regular. Esta questão, já levantada por Jannuzzi (1997), é fundamental para a compreensão de como dar continuidade à vida escolar dos usuários e usuárias das classes especiais.

Nos relatos de suas vivências na classe especial, usuários e usuárias, tornam claras as suas preferências a respeito do processo de ensino e aprendizagem ali desenvolvidos.

É importante salientar, mais uma vez, o fato de que tanto alunos e alunas, percebem a classe especial como um espaço favorecedor de aprendizagem. No dizer destes usuários e usuárias, a classe especial representa um espaço privilegiado devido aos recursos didáticos ali existentes, em contraposição à inexistência ou escassez dos mesmos nas classes regulares. O privilégio da classe especial em relação à classe regular deve-se, ainda, aos recursos humanos: o número de alunos reduzido, favorecendo uma maior atenção no atendimento por parte da professora.

Neste aspecto, não se pode negar que o fato de se trabalhar com um número reduzido de alunos - quinze no total - há maiores chances de conquistar resultados satisfatórios. No entanto, permanece uma incoerência: mesmo a despeito dos recursos existentes na classe especial, a maioria dos alunos e alunas, usuários e usuárias deste serviço durante alguns anos, preferem estudar em uma classe regular.

Apesar das vantagens, apontadas pelos sujeitos deste estudo, os rótulos e estigmas que a acompanham são extremamente marcantes na vida escolar e social dos seus usuários e usuárias. Nestas experiências negativas, o estigma recebido representou, também, “*a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena*” (GOFFMAN, 1982, p.7).

Estas experiências foram desveladas nos relatos dos usuários e usuárias, que denunciam situações de marginalização/discriminação que vivenciam na classe especial. As discriminações que ocorrem em várias esferas - familiar, social e escolar - resultam na preferência de se estudar em uma classe regular que não possui tantos recursos, mas que também, não é vinculada a nenhum rótulo. O relato de *Thaís* demonstra bem esta situação: “*...eu penso assim, porque minha colega viu essa classe e disse: Thaís, essa sala ali só é pra gente doida, pra quem não tem noção. Eu fiquei toda estranha, por isso eu queria sair e ir pra minha outra sala (uma classe regular)*”.

A preferência por uma classe regular representa a necessidade de ultrapassar o fracasso escolar, romper com os rótulos e estigmas da classe especial que, muitas vezes, reproduzem a idéia de que todos tem de viver em uma sociedade homogênea.

Os relatos do estudo refletem as percepções dos usuários e usuárias da classe especial que podem ser consideradas como questões que deveriam nortear o funcionamento deste serviço pois expõem limitações e fragilidades que permeiam sua organização.

Contudo, estas limitações e fragilidades não são exclusivas da Educação Especial, perpassam todo o sistema educacional brasileiro que, segundo Mendonça (1989), deseja possuir alunos padrões/modelos e assim, construir seus objetivos para tais alunos que não precisariam de metodologias de ensino, boa formação de professores e uma melhor estruturação do sistema educacional para poderem aprender.

A Educação Especial compreendida como parte integrante da Educação regular, não pode ser transformada enquanto estes direcionamentos forem efetivos. Este entendimento justifica claramente, o papel segregador que a classe especial vem desempenhado ao assumir os alunos indesejáveis do ensino regular.

O papel desempenhado pelas classes especiais e porque não dizer por todos os serviços da Educação Especial devem ser analisados, avaliados e efetivados na mesma perspectiva de uma educação plena e participativa através de diretrizes educacionais, e políticas de formação de professores, que demonstrasse a compreensão dos poderes públicos que a Educação Especial é Educação e, por isto, é parte integrante do sistema educacional oferecido pela rede pública. Além do mais, alunos e alunas, independentemente de serem usuários ou usuárias da classe especial, possuem o direito à igualdade de oportunidades sociais e educacionais, já expressas em leis mas que possam ser efetivadas afim de que a diversidade e a heterogeneidade do ser humano seja respeitada, e assim, se consiga conviver com as diferenças humanas, de forma socialmente integrada, sem nenhuma exceção.

Alguns encaminhamentos a partir destes entendimentos

A literatura nos mostra a classe especial como um serviço educacional necessário para o atendimento de uma clientela específica. Postula para o mesmo uma boa organização e acompanhamento para que não se transforme em mais um instrumento discriminatório e segregador. Para isso, é necessário uma boa compreensão deste serviço educacional especial.

Não obstante os objetivos traçados para a realidade observou-se, no Município de Manaus, que a classe especial é um serviço educacional, como demonstrado em outros estudos, voltado para o atendimento de alunos que não conseguem acompanhar o ritmo de uma classe regular e que por isto necessitam de recursos profissionais, metodológicos e materiais específicos.

Os serviços que são oferecidos para alunos e alunas que necessitam de um atendimento diferenciado dos demais, como ficou demonstrado, ainda se restringem às escolas especiais e às classes especiais. E mesmo assim, o número de alunos e alunas atendidos/as nas escolas especiais supera o atendimento de outros serviços

educacionais especiais. Este atendimento refere-se a uma população que, historicamente, é marcada pela marginalização e pelo descrédito, por ser oriunda, na maioria das vezes, das camadas mais carentes da sociedade.

Deste panorama de atendimento, que é bastante limitado, visto que a maioria das crianças deficientes no Brasil, não usufruem de nenhum serviço educacional, é importante ressaltar que as classes especiais, apesar de suas limitações, se configuram em um serviço efetivo, prestado pela iniciativa pública com um caráter educacional à esta população. A implementação e o funcionamento das classes especiais merecem estudos mais intensos e cuidadosos. Questões sobre: a definição da clientela das classes especiais; a prevalência do caráter terapêutico em detrimento do caráter pedagógico; as concepções de deficiência que possuem os profissionais que trabalham no ensino regular e no ensino especial; o papel do sistema público educacional com a Educação Especial; devem ser melhor esclarecidas e trabalhadas.

Alguns estudos realizados sobre as classes especiais, clarificam alguns pontos destas questões. O trabalho que vem sendo realizado neste serviço educacional, muitas vezes se pauta em uma filosofia da homogeneidade, repetindo valores do modelo médico-psicológico que possui entendimentos e práticas que só consideram o grau de deficiência ao invés de perceber a pessoa deficiente como um ser integral, apesar de sua diferença. Este entendimento não prioriza, muitas vezes, ações educativas e pedagógicas para a formação da pessoa e se resume em uma busca de cura frustrada, transformando as classes especiais em espaços infrutíferos, para usuários usuárias, professores e técnicos deste serviço educacional.

As compreensões sobre os serviços educacionais especiais e o funcionamento das classes especiais geram situações preocupantes. De um lado, encontra-se uma carência enorme de serviços educacionais especiais; de outro, tem-se um serviço que, nem sempre cumpre seus objetivos

Em decorrência disso, é preciso uma reflexão cuidadosa antes de uma tomada de decisão sobre a extinção ou não das classes especiais. Conforme nos diz Mazzotta (1996, p.200),

[...] a despeito de todos os movimentos e ações sociais terem sua importância e validade com relação a diferentes propósitos de atendimentos aos portadores de necessidades especiais, uma condição fundamental, para o desenvolvimento de educação dos alunos que apresentam necessidades 'educacionais' especiais, é sua caracterização como educação formal, seja como processo integrante de serviços de habilitação, reabilitação ou educação escolar.

Neste sentido, salienta-se a necessidade de questionar e repensar a vontade política que versa sobre a instalação ou extinção das classes especiais como parte integrante do sistema educacional e, assim, redimensionar seu funcionamento ao invés de simplesmente extingui-las.

A este respeito, dois pontos são cruciais. O primeiro ponto, refere-se à capacitação dos professores do Ensino Fundamental. Certamente, a opção pela for-

mação continuada traria resultados benéficos a professores e alunos da classe regular (especialmente) e da classe especial.

O segundo ponto, refere-se à composição das salas (classes). Será que um número menor de alunos por turma não seria um elemento facilitador para o desenvolvimento satisfatório das atividades acadêmicas? Se as classes regulares tivessem práticas pedagógicas alternativas com professores qualificados, dispostos a atenderem às diferenças individuais, talvez alguns dos usuários e das usuárias da classe especial, que participaram desta pesquisa, não precisassem utilizar-se deste serviço; mesmo identificadas e tratadas como deficientes mentais na escola, em outros ambientes, como na família e na comunidade não são assim tratadas até começarem a usar este serviço da Educação Especial.

Devido as situações que vêm perpetuando as classes especiais como um espaço/depósito de alunos e alunas considerados incapazes de aprender, também, faz-se necessário pensar em possibilidades de realizar um trabalho, nas classes especiais, que realmente cumpra seus objetivos. Este trabalho pode ser iniciado com a busca de uma melhor definição dos alunos e alunas que devem ter um atendimento diferenciado. Desta forma, é possível clarificar um dos pontos cruciais do funcionamento da classe especial, descaracterizando-o como um serviço assistencial que serve para receber os alunos e alunas que não têm sucesso acadêmico nas classes regulares.

Outro ponto a ser pensado para efetivar um trabalho mais produtivo nas classes especiais é questão da informação clara e direta entre a escola, pais e alunos, no sentido de desmistificar (pré) conceitos e evitar a perpetuação de atitudes discriminatórias para com os usuários e usuárias deste serviço educacional. Este trabalho poderia trazer os pais deste usuários e usuárias para participarem, mais proximamente, do contexto escolar, conscientizando-os, assim, sobre a sua importância na participação da educação de seus filhos e filhas.

Em nosso entendimento, reveste-se de importância, a ampliação de serviços efetivos na área de Educação Especial para uma clientela que, realmente, deles necessite.

Espera-se que estas reflexões, somadas aos esforços representados pelos estudos anteriormente mencionados, frutifiquem-se em eventuais mudanças, e que as classes especiais deixem de ser um espaço legitimador dos alunos e alunas indesejáveis do ensino regular e passem a ser um espaço educacional para alunos e alunas que estão em escolas especiais ou até mesmo, sem nenhum atendimento.

Acredita-se que a maioria da clientela das escolas especiais poderia usufruir de outros serviços educacionais especiais menos segregadores e que as escolas especiais pudessem atender a uma outra clientela que ainda está sem atendimento: os deficientes mais severamente comprometidos, por exemplo.

Em relação aos atendimentos educacionais especiais, outra questão imprescindível refere-se ao atendimento, em todos os níveis escolares. O que se tem,

atualmente, restringe-se ao ensino básico. Isto reflete o descrédito que acompanha os alunos e alunas especiais. Não se têm opções educacionais para aqueles alunos e alunas que não conseguem acompanhar o ensino regular depois de saírem da classe especial, ou mesmo para aqueles que o superam, embora com dificuldades. Geralmente, a perspectiva educacional, para estes alunos e alunas, se reduz ao ensino supletivo e futuramente à evasão escolar. Há que se pensar em formas alternativas de trabalho acadêmico que possam abarcar esta população. No nosso entendimento o ensino profissionalizante poderia ser uma alternativa viável.

Todavia, antes de qualquer prática, deve-se refletir sobre as classes especiais e mesmo, sobre qualquer serviço oferecido pela Educação Especial, no sentido de rever a filosofia que norteia tais serviços. Isto é necessário para romper com a visão paternalista existente nestes serviços, muitas vezes decorrente da intolerância, do preconceito, do medo e do desconhecimento. Neste caso, necessita-se também, olhar para as diversidades culturais e individuais do ser humano. Não adianta, segundo pensamos, fechar ou abrir serviços educacionais especiais, em escolas regulares ou especiais, públicas ou privadas, no ensino básico e até no ensino superior, se não forem repensadas as formas de identificação, diagnóstico, encaminhamento e, principalmente, a postura filosófica que norteia estes procedimentos.

Diante de tais perspectivas é possível, no nosso entendimento, olhar e perceber o deficiente como uma pessoa capaz de lutar, conquistar e realizar as suas aspirações como membro ativo da sociedade em que está inserido.

Bibliografia

- AMARAL, T. P. *Recuperando a história oficial de quem já foi aluno especial*. 1998. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BERNADES, N. M. G. *Crianças oprimidas: autonomia e submissão*. Porto Alegre: UFRGS, 1989 (Tese de Doutorado)
- BUENO, J. G. S. *Educação Especial Brasileira: Integração/Segregação do Aluno Diferente*. São Paulo: EDUC / FAPESP, 1993.
- BRASIL, Secretária de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- DENARI, F. E. *Análise de critérios e procedimentos para a composição da clientela de classes especiais para deficientes mentais educáveis*. 1984. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, São Carlos.
- DENARI, F. E. *O adolescente especial e a sexualidade: nem anjo, nem fera*. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Carlos.
- FONSECA, V. *Programas de estimulação precoce: uma introdução às idéias de Feuerstein*. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GIORGI, A. *Phenomenology and psychological research*, Pittsburgh: Duquesne University Press, 1985.

- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- JANNUZZI, G., M. S. *A luta pela educação do deficiente mental no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1985.
- _____. *As políticas e os espaços para a criança excepcional*. In: FEITAS, M. C. (org.) *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.
- KASSAR, M. C. M. *Ciência e senso comum no cotidiano das classes especiais*. Campinas: Papirus, 1995.
- LAUNAD, G. B. A. *Educação Especial no Município de Araraquara*. São Carlos: UFSCar/PPGEES, 1998. (paper apresentado à disciplina Educação Especial no Contexto da Educação Brasileira).
- MASINI, E. F. S. *Perspectivas profissionais para o portador de deficiência visual*. In: *Temas em Educação Especial 2*, São Carlos: UFSCar/PPGEES, 1992.
- MAZZOTTA, Marcos, J. da S. *Fundamentos da educação especial* São Paulo: Pioneira, 1982. (Série Cadernos de Educação).
- _____. *Educação especial: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.
- MENDONÇA, M. P. C. *Avaliação do procedimento de intervenção para desenvolver habilidades em crianças com dificuldades na aprendizagem escolar*. São Carlos: UFSCar/PPGEES, 1989. (paper apresentado à disciplina Educação Especial no Contexto da Educação Brasileira).
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- NAUJORKS, M. I. *A normatização e a integração do deficiente mental educável: uma questão de opressão*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul
- OLIVEIRA, A. A. S. *Educação Especial em São Carlos: a questão das oportunidades educacionais ao portador de deficiência*. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, São Carlos.
- OMOTE, S. Deficiência e não - deficiência: recortes do mesmo tecido. *Revista Brasileira de Educação Especial*, UFSCar/UNIMEP, v 2, n. 1, 1994.
- PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T.A .Q., 1990.
- PASCHOALICK, W. C. *Análise do processo de encaminhamento de crianças às classes especiais para deficientes mentais desenvolvido nas escolas de 1º grau da Delegacia de Ensino de Marília*. 1981. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- POGETTO, M. T. D. P. *Como os professores de classe especial para deficientes mentais na rede estadual de ensino percebem sua atuação profissional*. 1987. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, São Carlos.
- RODRIGUES, O ., M. P. R. *Caracterização das condições de implementação e funcionamento de classes especiais e caracterização das condições de avaliação de classe regulares de 1 série do 1º. grau, para fundamentar uma proposta de intervenção*, 1984. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, São Carlos.
- SALAMANCA Sobre princípios, política e prática em educação especial. Salamanca: 1994. *Revista Brasileira de Educação Especial*, UFSCar/UNIMEP, fev. 1996.

SÃO PAULO/SP. Secretária de Educação. *Documento de São Paulo*. São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, n. 84, v. 110, 2000.

SÃO PAULO/SP. Secretária da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios relativos à avaliação de crianças e jovens suspeitos de excepcionalidade, para fins educacionais*. São Paulo: SE/CENP, 1979.

SKLIAR, C. (org.) *Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial*. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SILVA, P. B. G. *Educação e identidade dos negros trabalhadores rurais do limoeiro*. 1987. Tese (doutorado) - UFRGS, Porto Alegre.

SCHNEIDER, D. *Alunos excepcionais: um estudo de caso de desvio*. In: VELHO, G. (org.) *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

